

A Autonomização das Formas Verdadeiras Sociais na Teoria de Marx: comentários sobre o dinheiro no capitalismo contemporâneo*

Leda Maria Paulani**

Abstract

If we adopt a dialectical (Hegelian) reading of Marx's theory of money, we can see that money contains within it the contradiction of commodity itself (between use-value and value) and in so doing, it contains different strata of contradiction that logically and historically have come to the fore.

In this process, the truly social forms (for example money – as opposed to commodity, means of circulation – as opposed to measure of value, inconvertible money – as opposed to commodity money, and so on) seem to be stronger than their counterparts (social forms) and, because of this, there is a movement towards an autonomization of these forms.

In this sense, value becomes autonomous from use-value; as medium of circulation, the abstract that money represents becomes autonomous from the concrete that the measure of value requires; as medium of payment, money becomes autonomous from the commodity circulation that has produced it, and so on.

This paper aims to show that these movements may be behind some of the contemporary phenomena we are currently observing in the sphere of capital circulation (for example, the inconvertible US dollar acting as universal money, the “financialisation” of the valorization process, the spilling over of monetary crisis, bubbles and crashes, etc). Recent literature dealing with some of these themes, such as, MOSELEY, 2004 and 2005, FOLEY, 2005, HARVEY, 2006/1982, and CHESNAIS, 2005, 2008, will also be discussed.

Key words: social forms, Marx's theory of money, inconvertible money, interest-bearing capital, fictitious capital

JEL classification: B14, E40, P16

Introdução

Nos últimos anos, dentre os que se filiam à teoria marxiana, tem se intensificado o debate a respeito do estatuto que deve ter a teoria monetária de Marx considerando que, pelo menos desde 1971, com a desvinculação que Nixon promove entre o dólar americano e o ouro, o dinheiro mundial, ou como Marx também o chama, o meio de pagamento internacional geral, encarna, também ele, num objeto que é uma moeda puramente fiduciária, ou seja, dinheiro

* Este trabalho é parte de uma pesquisa maior que conta com apoio financeiro do CNPq.

** Professora titular do Departamento de Economia da FEA-USP e do Pós-graduação em economia do IPE/USP. Bolsista de Produtividade do CNPq nível 2.

inconvertível, dinheiro de papel, dinheiro sem remissão, sem vínculo algum a qualquer mercadoria “de verdade”, que o redima de sua condição de pura “abstração”.

Aparentemente isso colocaria a teoria de Marx numa situação complicada, visto que, segundo algumas interpretações, ela exige que o dinheiro seja uma mercadoria produzida e que contenha, portanto, um determinado quantum de trabalho social, por exemplo, o ouro (Germer, 2005), condição que não é mais preenchida pelo regime monetário contemporâneo. Sendo assim, ou há que se abandonar essa teoria por falta de adequação à realidade do capitalismo de hoje (Lavoie, 1986), ou há que se assumir posições pouco confortáveis, como a de afirmar que, é o ouro, ainda, o verdadeiro dinheiro.

Sempre se lembra aí o fato de que o próprio Marx teria afirmado que o dinheiro não precisava ser mercadoria para funcionar como meio de circulação, mas que em seu papel fundamental de medida do valor essa condição lhe é inescapável, pois a medida do valor precisa ela mesma possuir valor.

Dentre os autores que defendem que a teoria de Marx é compatível com a existência de um dinheiro inconvertível, os esforços têm se concentrado na tentativa de determinar qual seria, nesse caso, a expressão monetária do tempo de trabalho (*the monetary expression of labour time* – MELT), como por exemplo, Moseley, 2004 e Foley, 2005. Nesse sentido, apesar dos meritorios esforços e da ajuda que esses desenvolvimentos efetivamente prestam na compreensão sobre a natureza do dinheiro hoje, eles acabam por se colocar dentro da mesma problemática e dar a resposta “não” ao invés de “sim” à mesma pergunta.

A pergunta evidentemente é sobre a natureza do dinheiro na teoria monetária de Marx. Os que acreditam que ele tem necessariamente que ser uma mercadoria – resposta sim – concluem pela incompatibilidade da teoria monetária de Marx com o dinheiro inconvertível; os que respondem “não” defendem a compatibilidade. Fred Moseley organizou um seminário nos EUA sobre esse tema e dele resultou um livro – *Marx’s Theory of Money: Modern Appraisals*, publicado em 2005 pela Palgrave Macmillan – que oferece um bom panorama do estado das artes nesse debate.

Inserido no escopo desse debate, o presente trabalho visa mostrar, a partir de um *approach* hegeliano da leitura de Marx, que os desdobramentos históricos experimentados pelo sistema monetário internacional podem ser vistos como uma espécie de “realização” de um processo de autonomização das formas sociais que está inscrito na própria mercadoria e que a empurra lógica e ontologicamente em direção às formas mais abstratas de riqueza como o capital

financeiro e o capital fictício. Sendo assim, ao contrário do que parece, a teoria monetária de Marx está hoje mais adequada à configuração assumida pelo processo de reprodução do capital do que estava à época do dinheiro mercadoria. Nesse sentido, ela é perfeitamente compatível com a posição, também no plano mundial, do dinheiro inconvertível.

Mostrar-se-á também que é possível enriquecer essa posição a partir dos desenvolvimentos teóricos anteriormente citados e que buscaram responder à referida pergunta. Além disso, serão feitas breves observações sobre a relação disso com as posições sobre a financeirização e/ou flexibilização do atual regime de acumulação (Chesnais, 2004 e 2006 e Harvey, 1989, 2004).

Para tanto o artigo está organizado em 3 seções, além desta introdução. A primeira destina-se a uma breve consideração metodológica visando esclarecer a natureza da apresentação que se seguirá sobre o processo de autonomização das formas verdadeiramente sociais. A segunda apresenta esse processo tal como ele se mostra em *O Capital*. A terceira seção tenta relacionar as conseqüências desse processo com os fenômenos que hodiernamente observamos.

1 - Uma nota metodológica

É bastante conhecida a seção da *Introdução* de *Para a Crítica da Economia Política*, em que Marx faz reflexões sobre a natureza de sua postura metodológica, bem como sobre a relação da crítica da economia política que então elaborava com a filosofia de Hegel. Depois de apresentar os motivos principais de suas divergências com os pensadores da economia que o antecederam, basicamente sua incapacidade de perceber o caráter historicamente determinado das descobertas que faziam (que por isso “volatilizam-se em determinações abstratas”), Marx investe contra Hegel. Afirma que Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento porque de fato a elevação do abstrato ao concreto e a reprodução desse concreto por meio do pensamento gera essa ilusão. Vale reproduzir a passagem:

“O concreto é concreto porque é síntese de múltiplas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo, e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. No primeiro método, a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas, no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento. Por isso é que Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento, que se sintetiza em si, se aprofunda em si e se move por si mesmo; enquanto que o

método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado. *Mas esse não é de modo nenhum o processo da gênese do próprio concreto.*” (Marx, 1978, pp.116-117, itálicos meus)

Como se percebe, Marx esclarece em seguida que essa reprodução não pode ser confundida de modo nenhum com a gênese do próprio concreto, mas que se trata apenas do modo de proceder do pensamento para se apropriar do concreto. Não é o objetivo desta seção, nem caberia no escopo deste artigo abordar o complexo de questões envolvidas com o método de Marx, seja no que tange à sua relação com Hegel,¹ seja no que concerne à forma de apresentação de *O Capital* e sua relação com as considerações metodológicas que ele faz em *Para a Crítica*.² A finalidade desta breve nota inicial é simplesmente chamar a atenção para esse último ponto, ou seja, que a análise que se sucederá sobre o processo de autonomização das formas verdadeiramente sociais seguirá o caminho trilhado por Marx na apresentação do que ele entendeu ser a natureza e a constituição do modo de produção capitalista, tal como exposto em *O Capital*. Esse processo, portanto, é um processo categorial (o que não quer dizer que seja meramente conceitual e/ou abstrato) segundo o qual, passo a passo, as determinações verdadeiramente sociais da apresentação de Marx vão, por sua própria lógica, se autonomizando das demais determinações. Dizer que é um processo categorial significa dizer que o movimento em questão não reproduz, nem pode reproduzir, a não ser por uma coincidência fortuita, o movimento efetivo de posição histórica das categorias. Como diz Marx ao final do texto mencionado de *Para a Crítica*:

“Seria, pois, impraticável, para não dizer errôneo, colocar as categorias econômicas na ordem segundo a qual tiveram historicamente uma ação determinante. A ordem em que se sucedem se acha determinada, ao contrário, pelo relacionamento que têm umas com as outras na sociedade burguesa moderna (...). Não se trata da relação que as relações econômicas assumem historicamente (...). Trata-se da sua hierarquia no interior da moderna sociedade burguesa.” (ibid., p.122)

Dentro desse espírito, o que busco aqui mostrar é que esse movimento de autonomização está presente em *O Capital* e que a percepção disso, sem prejuízo da necessidade de atualizar e expandir os limites da teoria marxiana, nos ajuda a entender a relevância das considerações de

¹ Sobre esse tema, remeto o leitor para o segundo ensaio de Fausto (1987), até onde consigo enxergar a reflexão mais esclarecedora sobre a questão da relação das dialéticas de Marx e Hegel. Cabe também observar que tal crítica a Hegel não implica a negação do débito intelectual que Marx tem com o pensador alemão, por ele mesmo, aliás, várias vezes reconhecido, tampouco abandonar, muito ao contrário, o caráter dialético, porque assentado na contradição, da análise de Marx.

² Veja-se a respeito o excelente apanhado que faz Borges Neto, 2002, pp. 61-102, desta complicada questão.

Marx para a compreensão do capitalismo de hoje, seja no que se refere à natureza do dinheiro (discussão sobre a qual se refere o debate acima mencionado), seja no que se refere à predominância da valorização financeira e à importância crescente do capital fictício, fenômenos evidentemente relacionados à questão monetária.

2 - A autonomização das formas verdadeiramente sociais

Antes de iniciar a apresentação do processo acima referido cabe uma explicação sobre o porquê da utilização do termo “verdadeiramente social”, para adjetivar algumas das formas apresentadas por Marx, ao invés de dizer simplesmente, como é mais usual, “formas sociais”. O melhor meio de explicar isso é tomar o primeiro par de categorias que faz parte do movimento a que nos referimos. Como se sabe, Marx começa sua análise pela mercadoria, e justifica esse começo pela consideração de que a mercadoria é a forma elementar das sociedades onde domina o modo de produção capitalista. Apesar de elementar e simples (no sentido de que, tal qual uma célula, ela é o elemento primeiro de um todo social orgânico), essa forma não é mero produto do pensamento, não é, nesse sentido, “abstrata”, mas concreta, porque está presente no nível fenomênico (todo mundo sabe, ainda que não saiba mais do que isso, que praticamente tudo aquilo que é útil e serve a necessidades humanas está nos estabelecimentos comerciais reais ou virtuais para ser vendido – e comprado) e é também complexa, porque constituída por determinações que se contradizem. Essas determinações, elas mesmas formas sociais representantes do duplo aspecto da mercadoria, são, como se sabe, o valor de uso e o valor.

Não há dúvidas quanto ao caráter social da última, pois, sem ela, a própria definição de mercadoria bem como sua importância na caracterização do capitalismo não faria sentido, ou seja, ela é historicamente determinada e só existe em sua realidade efetiva (a *Wirklichkeit* hegeliana) no modo de produção capitalista. Contudo, apesar de integrar o quadro das determinações antropológicas gerais (as necessidades humanas estão presentes em qualquer que seja a formação social e utilidade é um atributo necessário para qualquer coisa que se candidate a satisfazê-las), o valor de uso é também ele uma forma social, porque em cada momento apresenta uma realidade que é socialmente determinada (por exemplo, os ferros a

carvão, tão úteis antes do surgimento da energia elétrica, deixam de sê-lo depois da invenção do ferro elétrico, transformando-se, quando muito, em objetos de decoração).

Outra forma de dizer a mesma coisa é lembrar que para Marx o homem é um animal social e a vida que ele constrói é por definição social. Nesse sentido, mesmo aquilo que é válido para todas as formações sociais, não sendo, portanto, exclusivo de uma ou outra formação histórica, não deixa por isso de ser social. Daí, pois, a necessidade de qualificar de “verdadeiramente sociais” as formas que expressam com mais precisão a natureza do modo de produção capitalista.

Isto posto, cabe ainda uma última observação antes de começarmos efetivamente a esboçar esse movimento. A existência desses dois tipos de formas sociais, que foi a maneira encontrada por Marx para traduzir o caráter antitético da moderna sociedade burguesa, implica a existência de uma tensão permanente entre dois pólos, tensão que só se resolve pela reposição dessa mesma tensão num nível superior, o que acaba por exigir nova resolução (reposição) e assim por diante. No fundo, como veremos, a relação de oposição entre essas formas e, por isso, a tensão permanente que reina entre elas, deriva do fato de que a sociedade moderna põe como concreto e efetivo, aquilo que é geral.³ Assim, a generalidade e, nesse sentido, a abstração, são suas maiores marcas. Nas palavras de Marx:

“A forma valor geral, que representa os produtos de trabalho como meras gelatinas de trabalho humano indiferenciado, mostra, por meio de sua própria estrutura, que é a expressão social do mundo das mercadorias. Assim, ela evidencia que, no interior desse mundo *o caráter humano geral do trabalho constitui seu caráter especificamente social.*” (1983, tomo I, p. 67, itálicos meus)

Marx refere-se aqui evidentemente à sua famosa descoberta sobre o duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias, qual seja, o trabalho concreto, particular e específico, responsável pelo valor de uso que a mercadoria possui, e o trabalho abstrato, trabalho sem qualificação, trabalho *em geral*, que constitui a substância do valor. E considerando esse duplo caráter do trabalho não tem nenhuma dúvida em indicar o segundo deles como *especificamente social* (e, nessa medida, como algo concreto e objetivamente posto, como uma *abstração real*).

Essa observação é importante porque explica por qual razão as formas verdadeiramente sociais tendem, por sua própria lógica, a se autonomizar das formas sociais das quais são

³ Inspiro-me aqui nas análises feitas por Fausto, 1983, particularmente ensaios 3 e 4.

antípodas, tentando, a cada passo, se desvencilhar dos entraves concretos que impedem sua plenitude e criando assim novos níveis de tensão e novas formas de autonomização.

Conforme já adiantado, o movimento a ser exposto seguirá o caminho da apresentação categorial de Marx em *O Capital*, sob o suposto de que ela mostra as categorias tal como se relacionam na sociedade capitalista.

1º movimento: com o dinheiro o valor se autonomiza do valor de uso que também constitui a mercadoria

O primeiro momento em que o movimento de autonomização aparece é o da exteriorização da contradição interna à mercadoria. Como se sabe, Marx considera que a relação de troca entre a mercadoria e o dinheiro representa a forma externa da antítese interna à mercadoria entre valor de uso e valor e funciona como a resolução dela. Por trás da relação de troca, como sabemos estão as formas relativa e equivalente, a primeira do lado esquerdo e a segunda do lado direito da igualdade. As peculiaridades da forma equivalente, tal como Marx as apresenta no capítulo 1, podem ser resumidas no fato de que aquilo que está do lado direito, diferentemente daquilo que está do lado esquerdo, tem a forma da permutabilidade direta. Na forma simples do valor, utilizando aqui o exemplo que Marx tornou clássico (20 v de linho = 1 casaco), o casaco, porque colocado como equivalente, tem valor enquanto casaco e é por isso diretamente trocável, diferentemente do linho, que só consegue mostrar sua propriedade de ser trocável utilizando o casaco como espelho. Na forma do equivalente geral, a mercadoria colocada do lado direito assume essa capacidade de ser diretamente permutável perante todo o universo das mercadorias. Como temos mercadorias de ambos os lados, há uma duplicação do par “valor de uso e valor”, cuja inter-relação Marx explica da seguinte forma:

“Nessa antítese, as mercadorias confrontam-se como valores de uso, com o dinheiro como valor de troca. Por outro lado, ambos os lados da antítese são mercadorias, portanto unidades de valor de uso e valor. Mas essa unidade de diferenças se representa inversamente (...). *A mercadoria é realmente valor de uso*, a sua existência como valor aparece idealmente apenas no preço (...). *Ao contrário, o material ouro somente funciona como materialização do valor, dinheiro. Por isso é realmente apenas valor de troca*. Seu valor de uso se apresenta apenas idealmente na série das expressões relativas de valor em que se relaciona com as mercadorias situadas do outro lado (...).” (1983, tomo I, p. 94, itálicos meus)

Como Marx deixa claro, a exteriorização da antítese constitutiva da mercadoria entre valor de uso e valor resulta numa equação em que temos efetivamente o valor de uso do lado esquerdo e o valor do lado direito. Assim, aplicando a distinção anteriormente feita entre os dois tipos de formas sociais, entre mercadoria e dinheiro, a forma verdadeiramente social é o dinheiro, pois ele é o valor que se autonomizou do valor de uso, ou seja, é uma mercadoria que funciona apenas como valor. E isso é assim, porque justamente o dinheiro é o equivalente *geral* e, nessa mercadoria especial, a determinação abstrata prevalece e se absolutiza.⁴ O valor de uso do ouro quando funciona como dinheiro, como lembra Marx, é um valor de uso formal, pois sua existência social absorve por assim dizer sua existência material (natural) e com ela seu valor de uso natural.

Em suma, na posição da mercadoria ouro como dinheiro, a matéria está presente, seu conteúdo concreto está lá, mas trata-se de uma matéria que existe para a forma. Como lembra Fausto “ (...) no plano real, a unidade [entre valor e valor de troca – LMP] está dada no fato de que se trata da relação entre dois momentos da forma, a forma enquanto forma (valor), e a forma posta na matéria (valor de troca). A matéria está lá, mas como matéria *da forma*.” (1997, tomo I, p.83, itálicos meus). Trata-se assim de uma existência material inteiramente submetida aos imperativos da forma. Portanto, com a resolução da contradição interna à mercadoria e com a posição do dinheiro, a tensão não deixa de existir. Ela é simplesmente repostada num nível mais elevado.

2º movimento: com o meio de circulação o dinheiro se autonomiza do concreto que a medida do valor exige

Desse ponto em diante, o mesmo tipo de movimento vai ocorrer, em várias rodadas, nas entranhas do próprio dinheiro, já que a tensão permanece e se instala nesse objeto. Para acompanhá-lo, retomemos as determinações do dinheiro, tal como apresentadas por Marx no capítulo III de *O Capital*. Como se sabe, Marx considera que o dinheiro é constituído por três determinações: medida do valor (e padrão dos preços), meio de circulação ou meio de troca, e

⁴ Nas palavras de Harvey: “(...) o dinheiro possui ainda algumas propriedades transcendentais. Ele representa, antes de qualquer coisa, o valor de troca por excelência e, nessa medida, se opõe a todas as outras mercadorias e seus valores de uso”. (2006/1982, pp. 244-245)

uma terceira determinação, que é constituída por duas outras que se opõem mutuamente: meio de pagamento e tesouro.⁵

Sobre a primeira determinação (medida do valor é que recaem os principais argumentos daqueles que defendem que, segundo a teoria monetária de Marx, o dinheiro tem necessariamente que ser mercadoria.⁶ A razão disso é que, dentre todas as determinações do dinheiro, é essa, de fato, a que mais diretamente está relacionada à dimensão material (natural) da tensão interna à mercadoria que o dinheiro trouxe para dentro de si. Seu papel de medida do valor exige, pois, certa concretude, algo que remeta ao mundo concreto e, nesse sentido, natural, do processo de trabalho, ou seja, da atividade laborativa do homem em sua criação e produção de coisas úteis. Ocorre que essa determinação, que é efetivamente aquela que resolve a contradição interna à mercadoria, pois implica a existência de um equivalente geral, entra em contradição com sua segunda determinação, que é a de funcionar como meio de circulação. Nessa contradição há vários elementos envolvidos, os principais deles sendo a existência dos preços monetários como hieróglifos sociais, o que remete à necessidade de que a medida do valor apareça como padrão de preços, e a posição do meio de circulação como meio de pagamento, o que pressupõe o crédito e o dinheiro de crédito e remete à terceira determinação.

Começemos pelo padrão dos preços. Aparentemente apenas uma espécie de apêndice da primeira determinação, pois não se constitui ela mesma numa determinação, a necessidade que o dinheiro tem de aparecer como um padrão para a expressão monetária dos valores das mercadorias revela-se, no entanto, como algo bem mais complexo, fazendo com que aquilo que se exige do dinheiro como padrão dos preços se oponha àquilo que se exige do dinheiro como medida do valor. Isso aparece em dois momentos no capítulo III de *O Capital*. No primeiro deles, Marx argumenta que, como medida do valor, o ouro só cumpre sua função porque, sendo produto do trabalho, é um valor potencialmente variável, portanto não estável, enquanto que, para funcionar como padrão dos preços “a estabilidade das relações de medida torna-se decisiva” (Marx, 1983, tomo I, p.89).

⁵ A existência dessas três determinações como constitutivas do dinheiro no pensamento de Marx é muito clara em várias passagens dos *Grundrisse* e de *Para a Crítica da Economia Política*. Além disso, ela segue exatamente a ordem de apresentação do capítulo III de *O Capital*.

⁶ Germer (2005), por exemplo, argumenta que, além de a medida do valor precisar possuir ela mesma valor, numa economia mercantil, que é, para ele, de onde o dinheiro se origina, o trabalho individual só pode ser convertido em trabalho social através da troca da mercadoria que o contém com uma outra que também possua ela mesma trabalho social, e o dinheiro inconversível não preenche essa condição.

No segundo momento, Marx refere-se à incongruência quantitativa da forma preço. Afirma que a grandeza de valor da mercadoria expressa uma relação necessária com o tempo de trabalho social, mas que com a transformação da grandeza de valor em preço, essa relação necessária aparece como relação de troca da mercadoria com a mercadoria monetária que existe fora dela, donde surge a possibilidade da referida incongruência. Acrescenta por fim que isso não é um defeito da forma preço, mas, ao contrário, aquilo que a torna uma forma adequada ao modo de produção capitalista. Assim como no caso anterior, trata-se aqui de exigências opostas, pois enquanto medida do valor, o dinheiro deveria ser capaz de mostrar a relação de necessidade que existe entre cada mercadoria e seu valor, ou seja, entre cada mercadoria e a quantidade de trabalho (abstrato, simples, socialmente necessário) que foi necessária para produzi-la. Essa exigência, contudo, ele não é capaz de satisfazer, visto que a relação da mercadoria com o dinheiro, ou seja, seu preço, “pode expressar tanto a grandeza de valor da mercadoria como o mais ou o menos em que, sob dadas circunstâncias ela é alienável” (ibid., p. 92), ou seja, está sujeita a um elevado grau de arbítrio produzido pelas circunstâncias específicas e, portanto, pela contingência, envolvida em cada troca. Tudo seria mais fácil se o valor, essa determinação essencial da mercadoria, não tivesse que aparecer como preço, e se, portanto, o equivalente geral, para funcionar como medida desse valor, não tivesse que aparecer como padrão desses preços. Mas, sobre isso, diz Marx de modo inequívoco:

“A denominação de uma coisa é totalmente extrínseca à sua natureza. Eu não sei nada sobre um homem sabendo que seu nome é Jacobus. Do mesmo modo desaparece nos nomes monetários libra, táler, franco, ducado etc. qualquer vestígio da relação de valor. A confusão sobre o sentido secreto desses signos cabalísticos⁷ é tanto maior na medida em que as denominações monetárias expressam ao mesmo tempo o valor das mercadorias e partes alíquotas de um peso metálico do padrão monetário. Por outro lado, *é necessário que o valor*, em contraste com os coloridos corpos do mundo das mercadorias, *evolua para essa forma reificada sem sentido próprio, mas também simplesmente social.*” (ibid., pp. 91-92, itálicos meus).

Marx não poderia ter sido mais claro quanto à antítese envolvida na dupla exigência feita ao equivalente geral, qual seja, funcionar como medida do valor e, enquanto tal, aparecer como

⁷ Está longe de ser casual ou acidental o emprego por Marx da expressão “signos cabalísticos” para referir-se às formas vivas assumidas pelo padrão dos preços. Muito ao contrário, ele relaciona-se justamente ao processo de crescente distanciamento que existe na sociedade moderna entre, de um lado, a atividade concreta do homem na produção de sua vida social e, de outro, a expressão social e abstrata que essa atividade é obrigada a esposar (daí também o porquê de Marx utilizar termos como “hieróglifo social”). Não é este, contudo, o espaço para desenvolver essa questão. Veja-se a esse respeito Fausto, 1997 e Paulani e Müller, 2011.

padrão dos preços, assim como não poderia ter sido mais claro sobre qual dessas duas formas é a forma verdadeiramente social. Se parece inadequado referir-se à medida do valor como uma forma não tão social assim, pois é ela que, justamente, utilizando como instrumento o equivalente geral, resolve a contradição basilar e interna à mercadoria entre valor de uso e valor, tampouco se pode deixar de reconhecer, junto com Marx, que a expressão do valor, se ela tem que se dar em termos monetários, vale dizer se ela tem que se mostrar de modo social, então ela é obrigada a evoluir para essa forma reificada e “simplesmente social”.⁸

Antes de investigar a relação entre a primeira e a segunda determinação do dinheiro (medida do valor e meio de circulação), cabe observar que a relação de necessidade que há entre a posição do dinheiro como equivalente geral (e, portanto, medida do valor) e sua necessária aparência como padrão de preços funciona justamente como uma espécie de transição entre essas duas determinações. Em outras palavras, que o funcionamento do dinheiro como meio de circulação, cuja efetividade pressupõe sua capacidade de expressar de modo simples e comum os valores de todas as mercadorias, impõe sua posição como padrão dos preços.

Essa observação é importante porque, como veremos, o elemento principal que caracteriza o dinheiro como meio de circulação, ou seja, como moeda, é justamente a possibilidade que ele abre de ser substituído por representantes de si mesmo. Apesar de longas, vale reproduzir um conjunto de considerações de Marx a esse respeito:

“Da função do dinheiro como meio circulante surge sua figura de moeda. A fração de peso de ouro representada pelo preço ou nome monetário das mercadorias, tem de defrontar-se com estas na circulação sob a forma de uma peça de ouro de igual denominação ou moeda (...) na circulação as moedas de ouro se desgastam (...) O título de ouro e a substância de ouro, o conteúdo nominal e o conteúdo real começam seu processo de dissociação (...) O ouro como meio circulante diferencia-se do ouro como padrão dos preços e *deixa com isso de ser também equivalente verdadeiro das mercadorias*, cujos preços realiza. (...) Se o próprio curso do dinheiro dissocia o conteúdo real do

⁸ Discutindo a mesma temática em outra chave, Reuten (2005) também aponta a distinção entre a exigência de que o dinheiro funcione como medida do valor e como padrão dos preços. Para o autor, quando Marx diz que o dinheiro “mede o valor”, ele quer dizer que é o dinheiro que estabelece a comensurabilidade do valor e o faz necessariamente por meio do padrão de preços. Em outras palavras, que, previamente a essa mensuração há apenas a substância imanente e não comensurável do valor (o trabalho abstrato), pois é a mensuração pelo dinheiro que performa esta homogeneização em valor das mercadorias (pp. 87-89). Foley (2005) parece compartilhar essa opinião. Segundo ele, “... o trabalho abstrato, socialmente necessário, que é a substância do valor, emerge em conjunto com a expressão do valor de troca na atribuição de preços à mercadoria em termos de dinheiro. Não há nenhum método geral *ex-ante* para medir o trabalho abstrato socialmente necessário à produção das mercadorias de modo independente do processo como um todo de troca das mercadorias mediadas pelo dinheiro.” (p.38)

conteúdo nominal da moeda, sua existência metálica de sua existência funcional, ele já contém latentemente a possibilidade de substituir o ouro metálico em sua função de moeda por senhas de outro material, ou por símbolos. (...) O conteúdo metálico das senhas de prata e de cobre é determinado de forma arbitrária pela lei. Na circulação elas se desgastam ainda mais rapidamente que moeda de ouro. E, portanto, *sua função monetária torna-se, de fato, totalmente independente de seu peso, isto é, de todo o valor*. Coisas relativamente sem valor, bilhetes de papel, podem, portanto, funcionar em seu lugar como moeda. Nas senhas metálicas de dinheiro, o caráter puramente simbólico ainda está em certa medida oculto. Na moeda papel revela-se plenamente. Como se vê, *ce n'est pas que le premier pas que coûte.*" (Ibid., pp. 107-108, itálicos meus)

As citações deixam claro que, para Marx, em sua função de moeda, o dinheiro não precisa ser mercadoria, sequer senha metálica, podendo ser mero bilhete de papel. Nessa determinação, portanto, o dinheiro se desvencilha por completo das barreiras materiais que, em função da tensão interna que carrega, se contrapõem à sua vocação para a abstração e a generalidade. Como afirma Marx, sua função monetária torna-se "independente do valor". A citação final em francês ("somente o primeiro passo é que custa") indica, por sua vez, que esse desenvolvimento lógico é inevitável. Pode-se dizer, portanto, que o funcionamento do dinheiro como meio de circulação faz com que o abstrato que o dinheiro representa se autonomize do concreto que a medida do valor exige. Mas essa autonomização se dá ainda nos limites da circulação, é uma autonomização *para* a circulação e tendo-a por finalidade. Não é preciso dizer que a circulação que vale aí é aquela que busca tão-somente trocar de mãos os diferentes valores de uso que as mercadorias portam, ou seja, é o circuito M-D-M, e nesse circuito o dinheiro é de fato apenas "meio", instrumento para viabilizar uma finalidade que radica em última instância ainda no valor de uso. A resolução da tensão que existe entre a mercadoria e o dinheiro como equivalente geral, resolveu-se na contradição da primeira com a segunda determinação do dinheiro e essa resolução repõe a mesma tensão num nível mais elevado, constituindo o terceiro movimento.⁹

⁹ Harvey aponta a mesma contradição entre medida do valor e meio de circulação, mas acaba por referir-se à circulação do dinheiro de crédito que, categorialmente, demanda ainda a existência da terceira determinação do dinheiro: "A necessidade de uma ordenação hierárquica [das instituições monetárias] pode ser percebida se remontarmos à contradição existente entre o dinheiro como medida do valor e o dinheiro como meio de circulação. Pois enquanto o dinheiro de crédito parece plenamente adaptado para funcionar como um meio de circulação quase sem nenhuma fricção, sua capacidade de representar valores de mercadorias 'reais' está permanentemente sob suspeita. A noção de alguma medida absoluta de valor pode parecer redundante num determinado nível dessa ordenação hierárquica, mas o problema de assegurar a qualidade do dinheiro permanece." (1982/2006, p.249)

3º movimento: com o meio de pagamento, o meio de circulação se autonomiza da circulação

Como vimos, Marx analisa o dinheiro inicialmente como medida do valor e padrão dos preços e depois como meio de circulação, mas só o constitui plenamente quando a ele incorpora a utilização do dinheiro como meio de pagamento e o entesouramento:¹⁰

“O meio circulante converteu-se em tesouro ao interromper o processo de circulação em sua primeira fase ou ao ser subtraída da circulação a forma transformada da mercadoria. O meio de pagamento entra na circulação, porém, depois que a mercadoria já se retirou dela. O dinheiro já não media o processo. *Ele o fecha de modo autônomo*, como existência absoluta do valor de troca.” (Marx, 1983, tomo I, p. 115, itálicos meus).

Logo, para Marx, são essas duas últimas funções que fixam o dinheiro como figura de valor exclusiva, ou como única existência adequada do valor de troca, vale dizer, é só quando o dinheiro deixa de ser simples mediador da circulação de mercadorias que suas potencialidades estão completamente realizadas. Assim, a posição plena do dinheiro na totalidade de suas três determinações, confere a ele a autonomia em relação às mercadorias profanas (guarnecidas com seus particulares e concretos valores de uso) que ele já tinha em germe desde seu nascimento lógico como equivalente geral. Mas a posição dessa terceira determinação só tem sentido quando a finalidade da circulação não é mais o valor de uso, mas a valorização do valor, pois se a finalidade for o consumo, o dinheiro deve ser apenas forma evanescente da mercadoria, para que, na relação contraditória que ambos guardam entre si predomine a última, que se mantém com sua dupla determinação e não suprime, portanto, o valor de uso. Já em *Para a Crítica da Economia Política*, dizia Marx: “Se é apenas a realização do preço das mercadorias, o dinheiro é a negação de si mesmo: a mercadoria particular continua a ser nesse caso sempre o essencial.” (1977, p. 235). Ao contrário, se a finalidade do movimento é a valorização do valor, o dinheiro é posto como bem mais do que simples moeda e coloca num nível mais elevado a contradição que ele antes resolveu com a autonomização do meio de circulação relativamente à medida do valor:

“A função do dinheiro como meio de pagamento implica uma contradição direta. Na medida em que os pagamentos se compensam, ele funciona apenas idealmente como dinheiro de conta ou medida de valor. Na medida em que tem-se de fazer pagamentos efetivos ele não se apresenta como meio circulante, como forma apenas evanescente e intermediária do metabolismo, senão como a encarnação

¹⁰ Não é por acaso que Marx, depois de denominar a primeira seção do Capítulo III de “Medida dos Valores” e a segunda de “Meio de Circulação”, chama a terceira simplesmente de “Dinheiro”.

material do trabalho social, *existência autônoma do valor de troca*, mercadoria absoluta.” (ibid., p. 116)

Portanto, a determinação que constitui o dinheiro como dinheiro é justamente aquela que o autonomiza da circulação, seja porque ele está ausente da circulação efetiva (quando é meio de pagamento), seja porque se nega à circulação (quando se torna objeto de entesouramento). E essa terceira determinação traz em suas entranhas, mais uma vez repetida, a mesma tensão basilar de onde partiu a própria exigência de posição do equivalente geral: o dinheiro fecha de modo autônomo o processo de circulação não só porque, por existir, pode se retirar dele e permitir mesmo assim, ou justamente por isso (como será o caso quando o crédito, que o meio de pagamento supõe, se transformar em dinheiro de crédito), o movimento da circulação, mas também pelo motivo oposto a esse, porque pode resistir à circulação e isso acontece quando se quer a concretude, o porto seguro do valor que ele representa, ou seja, nas crises. A ilusão de que o dinheiro é a riqueza verdadeira e real é a posição, no nível da aparência, da determinação oposta a essa e que lhe constitui essencialmente, o de ser forma pura, completamente abstraída dos entraves concretos que se lhe antepõem.¹¹ Dentro dessa terceira determinação, portanto, prevalece o funcionamento do dinheiro como meio de pagamento como a forma verdadeiramente social, e enquanto meio de pagamento ele se autonomiza da circulação, bastando, para que as mercadorias circulem, sua mera idealidade. De outro lado, funcionar como meio de pagamento significa funcionar não apenas como realização dos preços das mercadorias, mas também como pagamento de dívidas, de tributos, de aluguéis, de juros e de tudo aquilo que apesar de não ter valor de uso, acaba por assumir a forma de valor, configurando a incongruência qualitativa da forma preço a que se referiu Marx, ou seja, honra, consciência, valores morais etc..

Não é preciso muita argúcia para perceber que, considerando-se conjuntamente o segundo e o terceiro movimentos, estão dadas as condições para que o dinheiro se liberte do valor intrínseco que o dinheiro mercadoria carrega e assuma a forma do dinheiro inconversível, resolvendo, dessa maneira, a contradição que existia entre a matéria natural do dinheiro e a função social que ele devia desempenhar. O dinheiro mercadoria sofre uma ambigüidade, pois sua função monetária pode afetar seu valor, mesmo sem ter havido alteração na quantidade de trabalho necessária para produzi-lo. Isso implica que há uma tensão constante entre, por

¹¹ Em outras palavras, dentro da interpretação aqui defendida, o dinheiro é em sua essência uma forma pura, a qual, contudo, tem que se colocar, no plano da aparência, como o inverso disso, como a matéria absoluta, como a verdadeira riqueza. A insaciável avidez mundial por liquidez que a crise deflagrada pelas hipotecas americanas vem produzindo ilustra bem essa forma contraditória de existência do dinheiro.

exemplo, a posição do ouro como mercadoria produzida pelo trabalho e sua posição como equivalente geral. No capítulo III de *O Capital*, ao indicar que a moeda funcionava apenas como signo do valor, Marx deu conta de explicar o funcionamento de bilhetes de papel como dinheiro. Não previu, contudo, que tal substituição fosse possível no plano mundial, onde deveria existir, segundo ele “o valor em pessoa” (ou seja, o ouro metálico). Os movimentos de autonomização aqui expostos mostram que a existência de um dinheiro inconversível no plano mundial é uma possibilidade inscrita logicamente no movimento categorial desenvolvido por Marx. Em outras palavras, o desenvolvimento do dinheiro, a necessidade imperiosa de que sua autonomização alcance níveis cada vez mais elevados faz da expulsão da matéria um resultado necessário.¹²

É evidente que a expulsão da matéria, expulsão que se pôs historicamente desde o início dos anos 1970, leva às perguntas sobre o conteúdo da medida do valor que o dinheiro efetivamente representa e que têm animado as atuais discussões no interior do marxismo. Essas perguntas fazem sentido, porque se considerarmos que o dinheiro é um signo inteiramente produzido pela convenção social encarnada no Estado, poderemos também chegar à conclusão de que o valor não existe substantivamente, sendo determinado apenas na troca, o que evidentemente se choca não só com a teoria marxiana como também com toda a tradição da Economia Política.¹³ Nesse sentido, a melhor resposta até aqui esboçada pode ser encontrada, a meu ver, na consideração conjunta dos desenvolvimentos de Moseley (2004) e Foley (2005) e que podem ser resumidos da seguinte forma: o dinheiro inconversível funciona como medida do valor mesmo não sendo uma mercadoria produzida; uma hora de trabalho simples socialmente necessário é representada por uma dada quantidade de dinheiro;¹⁴ essa quantidade de dinheiro não é vazia de conteúdo; a unidade monetária vestida pelo uniforme nacional da vez, no nosso caso pelo dólar americano, não tem seu valor

¹² Para um desenvolvimento dessa idéia, veja-se Rotta (2008, pp. 87-150).

¹³ Ou seja, admitir a partir do desenvolvimento categorial apresentado por Marx que o dinheiro é essencialmente uma forma pura, e forma agora historicamente guarnecida de uma “substância” adequada a seu conceito (o bilhete de papel ou o impulso eletrônico), não implica, muito ao contrário, abrir mão da teoria do valor. O próprio impulso de autonomização, aliás, não existiria se se considerasse o valor como sendo determinado apenas na troca.

¹⁴ Segundo Moseley (2004), o que determina essa quantidade de dinheiro é a razão MpV/L , onde Mp é a quantidade de papel moeda forçadamente colocada em circulação, V é a velocidade de giro dessa quantidade e L é alguma medida empírica do tempo de trabalho social

determinado pela escassez, mas sim por ser a unidade na qual o débito do governo americano é nominado.¹⁵

Isto posto, podemos retomar o processo de autonomização das formas sociais que vínhamos apresentando. A posição da terceira determinação do dinheiro, com sua libertação da circulação, não significa o final da tensão, tampouco sua resolução definitiva. Pelo contrário, como a tensão vai se colocando em níveis cada vez mais elevados, tanto mais profundas são as contradições que esperitam logo abaixo da superfície. Neste caso, o aprofundamento da contradição deve-se evidentemente ao surgimento do crédito – que está implícito na posição do dinheiro como meio de pagamento – e ao capital portador de juros que lhe segue. Esses últimos desdobramentos configuram novos movimentos de natureza idêntica aos que vimos de comentar. Esses, porém, apesar de dependerem inteiramente da constituição plena do dinheiro, não são mais movimentos categoriais do próprio dinheiro, mas envolvem a circulação do dinheiro como capital.

4º movimento: com o crédito, o processo de acumulação se autonomiza da produção e realização da mais valia

Para analisar esse quarto movimento, é interessante fazer um retrospecto da totalidade do processo até aqui descrito: com o dinheiro, posto como equivalente geral, o valor se autonomiza do valor de uso, mas internaliza no dinheiro a tensão que constitui a mercadoria entre a generalidade abstrata do valor que ela porta e a concretude do valor de uso que sustenta esse valor (e que também determina a mercadoria); com o meio de circulação, o dinheiro se autonomiza do concreto que a medida do valor requer, mas internaliza no meio de circulação a tensão entre abstrato e concreto constitutiva da medida do valor (que aparece como a exigência de que a medida do valor se apresente como padrão de preços); com o meio de pagamento, o meio de circulação se autonomiza da própria circulação, mas internaliza no meio de pagamento a contradição constitutiva do meio de circulação entre sua natureza abstrata e imaterial (que aponta logicamente para o dinheiro inconversível) e a materialidade da circulação a quem ele serve. Ora, com o desdobramento do dinheiro (já plenamente constituído) em sua figura de crédito, o processo de acumulação se autonomiza da produção e realização da mais valia, mas internaliza no crédito a contradição constitutiva desse processo

¹⁵ Foley (2005) acrescenta que, sendo um passivo, ele só não paga juro porque a política de governo arranja uma situação na qual sua renda de conveniência é equivalente ao juro que teria que ser pago para sustentar seu valor se ele fosse menos líquido. É evidente a inspiração keynesiana do argumento, mas isso não invalida sua defesa sobre o caráter substantivo do valor e do dinheiro mesmo em sua forma inconversível.

entre o impulso lógico de valorizar indefinidamente o valor em geral e a dependência que essa valorização tem da produção de riqueza real (ou seja, que tem o valor de uso por conteúdo).

No início do capítulo XXV do livro III, Marx relembra a terceira determinação do dinheiro para acrescentar que “com o desenvolvimento do comércio e do modo de produção capitalista, que somente produz com vistas à circulação, essa base naturalmente desenvolvida do sistema de crédito é ampliada, generalizada e aperfeiçoada” (1984, tomo I, p.301). A partir daí e da criação do dinheiro de crédito (notas de banco que são necessariamente bilhetes de papel), Marx vai mostrando como essa invenção a um só tempo acelera o desenvolvimento das forças produtivas e o processo de acumulação e abre as portas para especulação e crises (não por acaso, o referido capítulo chama-se justamente “Crédito e Capital Fictício”). Ele cita Gilbart em sua *The History and Principles of Banking* (“A finalidade dos bancos é facilitar os negócios. Tudo que facilita os negócios facilita também a especulação. Em muitos casos, negócios e especulação se entrelaçam tão estreitamente que é difícil dizer onde termina o negócio e começa a especulação.” - *ibid.*, p. 306) e mais à frente o diretor da *Union Banking de Liverpool* em depoimento sobre a crise de 1847 (“Alguém compra, além mar, uma letra sobre a Inglaterra e a envia a uma casa na Inglaterra; não podemos notar à própria letra se foi sacada de maneira sensata ou insensata, se representa produtos ou vento.” – *ibid.*, p. 312). Finalmente, num excerto de Engels, lemos:

“Quanto maior a facilidade com que se pode obter adiantamentos sobre mercadorias não vendidas, tanto mais esses adiantamentos são tomados e tanto maior a tentação de fabricar mercadorias ou lançar as já fabricadas em mercados distantes, somente para obter sobre elas, de início, adiantamentos em dinheiro. Como todo o mundo de negócios de um país pode ser tomado por tal embuste, e como acaba isso, a história do comércio inglês de 1845 a 1847 dá um exemplo contundente. Vemos aí o que o crédito pode fazer (...) E esse verdadeiro negócio, em regra, também já estava sobrecarregado. Os atraentes lucros altos tinham levado a operações bem mais extensas que as justificadas pelos recursos líquidos disponíveis. Mas o crédito estava aí mesmo, fácil de obter e, ainda por cima, barato. (...) Todos os valores internos das bolsas estavam tão altos como jamais estiveram. Por que deixar passar a bela oportunidade, por que não velejar a todo o pano?” (*ibid.*, p. 307)

Em capítulo posterior, sobre o papel do crédito na produção capitalista, Marx observa que, além de acelerar a metamorfose das mercadorias e do próprio capital, o crédito atua na redução dos custos de circulação, no movimento de equalização da taxa geral de lucro, na formação da sociedade por ações e também na oferta “ao capitalista individual, ou àquele que passa por tal, [de] uma disposição, dentro de certos limites, absoluta de capital alheio e propriedade alheia e, em consequência, de trabalho alheio.” (*ibid.*, p. 333). Assim, como

observa acertadamente Harvey (1982/2006 pp. 281-288), o crédito parece harmonizar e resolver as contradições do capitalismo (entre produção e consumo, entre produção e realização, entre a utilização presente e o trabalho futuro, entre produção e distribuição, entre os interesses individuais e os interesses de classe dos capitalistas), mas ele, e aqui Harvey cita o Marx dos *Grundrisse* “suspende as barreiras à realização do capital, somente porque as eleva à sua forma mais geral”. Assim, ainda nas palavras de Harvey:

“Aquilo que apareceu inicialmente como um saudável expediente para expressar os interesses coletivos da classe capitalista, como um meio para superar os iminentes barreiras e grilhões à produção, elevando os fundamentos materiais do capitalismo a novos níveis de perfeição, transformase na principal alavanca da superprodução e da super-especulação. As formas insanas de capital fictício entram em cena, possibilitando, junto ao sistema de crédito, o auge das distorções.” (ibid., p.288)

Essa última observação de Harvey é importante porque, ao fazer referência às formas de capital fictício, nos permite passar ao último movimento de autonomização, o qual é impulsionado pelo desdobramento do dinheiro em sua figura de capital portador de juros.

5º movimento: com o capital portador de juros (e o princípio da capitalização), o capital se autonomiza de si mesmo

A chave para entender a análise de Marx sobre o capital portador de juros é sua observação de que o dinheiro, no modo de produção capitalista, adquire o valor de uso adicional de funcionar como capital: “Assim, adquire, além do valor de uso que possui como dinheiro, um valor de uso adicional, a saber, o de funcionar como capital. (...) Nessa qualidade de capital possível, de meio para a produção de lucro, torna-se mercadoria, mas uma mercadoria *sui generis*.” (Marx, 1984, tomo I, p. 255). Em outras palavras, o dinheiro se põe como um objeto que produz valor por si mesmo e é nessa condição que ele se transforma em mercadoria. Quando ele é emprestado, é na condição de capital que ele sai das mãos de seu guardião, pouco lhe importando se ele será ou não utilizado como capital. Por isso, diz Marx:

“A coisa (...) já é capital como mera coisa e o capital aparece como simples coisa; o resultado do processo global de reprodução aparece como propriedade que cabe por si a uma coisa (...) a relação social está consumada como relação de uma coisa, do dinheiro consigo mesmo (...) Em D-D’ temos a 19 figura irracional do capital, a inversão e reificação das relações de produção em sua potência mais elevada.” (ibid., pp. 293-294)

Quando apresenta o capital fictício, o que faz de modo mais detalhado no capítulo XXIX do Livro III, Marx apresenta também o instrumento por excelência por meio do qual opera o capital portador de juros, qual seja o princípio da capitalização. É a onipresença da capitalização em todas as transações (o que justamente faz dela um princípio) que torna objetivo o poderio do capital portador de juros. Assim, qualquer soma de dinheiro, qualquer rendimento monetário determinado, provenha ele ou não de um capital, aparece como juro de um capital e faz surgir o capital fictício, seja ele dívida pública, ações, ou letras sobre vento. “A formação do capital fictício chama-se capitalização.” (Marx, 1984, tomo II, p. 11). Ora, e com isso, o capital se autonomiza de si mesmo. O princípio lógico que preside seu movimento de valorização salta de si para se difundir por todas as transações. Portanto, já não precisa ele se prender às exigências pesadas e maçantes da valorização produtiva. Além disso, os títulos de propriedade que o princípio da capitalização gera ganham um movimento autônomo, pois se transformam em mercadorias o que, segundo Marx, confirma a aparência de que eles constituem capital real. Sua relação, contudo, com o mundo concreto da produção material, da produção de valor ancorado em trabalho (renda real) é tênue e débil, quando não inexistente, o que escancara as portas para todas as formas de especulação e de formação de bolhas. Comentando a enorme desvalorização das ações de canais e de ferrovias ocorrida na Inglaterra em 1847, diz Marx:

“Na medida em que sua desvalorização não exprimia uma paralisação real da produção e do tráfego em ferrovias e canais ou o abandono de empreendimentos iniciados ou o desperdício de capital em empresas positivamente sem valor, a nação não empobreceu nem de um centavo pelo estouro dessas bolhas de sabão de capital monetário nominal” (ibid., pp. 12-13)

Contudo, o poderio do capital portador de juros e de, como diz Marx, todas as “formas alouçadas de capital” das quais ele é matriz depende, em cada circunstância histórica, dos contornos institucionais em que se dá a produção capitalista. Isto nos leva às considerações que podemos fazer sobre o capitalismo de hoje a partir da teoria monetária de Marx, tal como até aqui apresentada.

3 - Dinheiro, autonomização das formas sociais e capitalismo contemporâneo

Como dissemos de início, os movimentos de autonomização anteriormente apontados estão no plano categorial e constam um a um da apresentação que Marx faz do dinheiro, de sua atuação no modo de produção capitalista, e de seus desdobramentos. Como observamos na

nota metodológica inicial, em nenhum momento supusemos aqui que a ordem em que eles foram apresentados, que segue mais ou menos a ordem em que aparecem em *O Capital*, tem qualquer tipo de correlação com o processo histórico efetivo. Não se segue dessa apresentação, por exemplo, que o último desses movimentos, o do capital portador de juros, esteja nessa posição de último por conta da realidade capitalista que hoje observamos, tampouco que tenha que haver qualquer lapso de tempo entre um movimento e outro. Ao contrário, eles estão simultaneamente presentes no andamento diário da vida material capitalista, ainda que com estruturas hierárquicas diferentes em cada momento.

O que podemos então dizer do capitalismo atual e do papel desempenhado pelo dinheiro, considerados todos esses movimentos? Ainda que por razões distintas e com ênfases diferenciadas, vários autores vêm sustentando que o capitalismo vive hoje sob a sombra do capital financeiro (Chesnais, 1998, 2005, Harvey, 2004, 2006, Duménil e Levy, 2003, Wallerstein, 2003, Aglietta, 2004, Guttman, 1998, Arrighi, 1996, dentre outros). Os dados parecem dar razão a essa percepção. Segundo o último levantamento do *Mckinsey Global Institute*, o valor dos ativos financeiros mundiais (considerados aí ações e debêntures, títulos de dívida públicos e privados e aplicações bancárias) cresceu cerca de 14 vezes entre 1980 e 2006, enquanto que o PIB mundial limitou-se a crescer pouco menos que 5 vezes no mesmo período.¹⁶ E não foram poucas, de lá para cá, as crises que de quando em quando apareceram, e continuam a aparecer, impondo desvalorizações acentuadas a essa “riqueza”. De alguma maneira, portanto, o capital financeiro (capital portador de juros) vem, a uma taxa crescente, se autonomizando do capital real, ou seja, daquele capital efetivamente existente em instalações, máquinas e equipamentos que produzem coisas úteis. Em outras palavras, parece haver suficientes evidências de que boa parte dessa riqueza é constituída por capital fictício. Por isso mesmo, a fragilidade e a vulnerabilidade da economia mundial aumentaram substantivamente. Completando o quadro, cresceu muito no mesmo período o chamado mercado de derivativos e com ele um significativo processo de inovações financeiras, já que mais de 90% dos derivativos negociados são derivativos financeiros (ou seja, ativos referenciados no valor das moedas domésticas, em taxa de juros, em taxas de câmbio, em títulos de dívida etc.). Na realidade a relação entre esses dois elementos não é meramente casual. O crescimento exacerbado da riqueza financeira (daí também porque alguns autores denominam a atual fase do capitalismo de “capitalismo patrimonial”), a uma velocidade bem

¹⁶ De acordo com a mesma fonte, a relação entre a riqueza financeira assim definida e o PIB mundial que era de 1,2 vez em 1980, chegou a 4,0 vezes em 2007

superior à do crescimento da renda real acabou por impor o desenvolvimento de inovações financeiras, pois cresceu a necessidade de proteger esses patrimônios por meio de derivativos.

Até que ponto pode-se dizer que o peso da riqueza financeira é uma novidade na história capitalista? Essa é uma questão que divide os autores, pois para alguns trata-se apenas de um momento cíclico que já esteve presente em outras quadraturas históricas (por exemplo, Arrighi, 1996 e Wallerstein, 2003), enquanto para outros configura algo inédito. O fato, porém, é que esse predomínio da riqueza financeira não só já perdura há quase três décadas, como tem levado a mudanças profundas na própria seara da valorização produtiva, ou seja, no mundo do capital real. Nesse capitalismo dominado pela riqueza financeira, é sua lógica que tange o processo de criação de renda real. Assim muitas das transformações pelas quais vem passando a esfera produtiva, seja no que diz respeito às relações entre o trabalho e o capital (flexibilização, precarização, perda de direitos do trabalho etc.), seja no que concerne ao processo produtivo propriamente dito (toyotização, *just in time*, costumeirização, etc.), seja ainda em termos da organização dos setores (centralização de capitais, deslocalizações produtivas etc.) foram respostas aos imperativos ditados pela lógica financeira à qual a produção da riqueza real deve responder. A riqueza real que deveria ser a base da riqueza financeira, passa a ser produzida segundo seus imperativos.¹⁷

Essa inversão que o peso da riqueza financeira vai patrocinando, vai ao mesmo tempo aturalizando cada vez mais os processos fictícios de formação e valorização de capitais, pois tudo se passa como se aquilo que de fato importa na economia são “os mercados”, seus humores e idiosincrasias. Esse antropomorfismo, que passa a grassar na mídia, soa com veracidade ainda maior porque, no capitalismo liderado pelas finanças que hoje vivenciamos, os títulos negociáveis têm clara prevalência sobre o crédito bancário (Belluzzo, 2005) e é a figura de “mercadoria” da mercadoria capital que se impõe, mais do que a figura do dinheiro, ainda que tudo seja dito em sua língua. Se Marx disse sobre o capital portador de juros que aí a relação capital atinge sua forma mais alienada e fetichista, a mistificação do capital em sua forma mais crua, talvez seja possível dizer que a securitização generalizada que hoje toma

¹⁷ Vale notar a sinergia que existe entre a produção da riqueza material sob o comando da lógica financeira e o crescimento constante do poderio dessa lógica que tal movimento produz. Duas observações são suficientes a esse respeito. A sociedade holding, que está na cúpula de todos os grandes grupos de capital, tem por função organizar de forma centralizada a gestão do capital dinheiro, de modo a fazer com que a operação do caixa funcione não como atividade de apoio à produção, mas como um “centro de lucro adicional” (o qual se torna, muitas vezes, o mais importante, dada a rentabilidade que os ativos financeiros são capazes de proporcionar). A segunda observação, que está diretamente ligada à primeira (gestão do caixa como “centro de lucro”), é que as intervenções das empresas não financeiras nos mercados de câmbio chegam a ser 5 a 10 vezes superior às necessidades de pagamento de suas transações internacionais. A esse respeito, ver Serfati, 1998.

conta da valorização financeira, opera essa mistificação de modo ainda mais contundente. Toda a complexidade das relações sociais que constitui a trama capitalista e que produz o crescimento efetivo da riqueza material fica plasmada num objeto que relaciona-se consigo mesmo e que carrega consigo o milagre da valorização. Uma ação, um título de dívida privado ou público se valoriza por si só “nos mercados” e vai produzindo riqueza financeira, enquanto constrange de modo cada vez mais violento o mundo da produção, pois essa riqueza, apesar de fictícia no agregado, é muito verdadeira para cada agente individualmente considerado e produz requerimentos sobre a riqueza real tanto quanto máquinas, equipamentos e instalações produtivas. É de se notar também a importância que ganha nesse processo a riqueza constituída pelos títulos da dívida pública, um capital fictício que foi de extrema importância no processo originário de acumulação que deu origem ao modo de produção capitalista. Um expediente típico da acumulação primitiva¹⁸ ganha lugar proeminente no capitalismo “avançado” e sofisticado do início do século XXI.¹⁹

Mas é o caso de perguntar como tem sido possível que um predomínio baseado numa “farsa” venha perdurando por tanto tempo e alterando o cenário material das mais diversas formas. Uma resposta possível é que o dinheiro mundial finalmente se libertou das amarras que lhe impunham sua vinculação a uma mercadoria de verdade. A ausência de estrangulamentos materiais em relação àquele objeto que produz a unidade na qual se conta a riqueza evidentemente vem facilitando desde o início dos anos 1970, o exercício da autonomia que o capital ganha ao se libertar de si mesmo. Além disso, tirando as eventuais ondas de desvalorização que possam atingir o meio de pagamento internacional geral, o “socorro” aos mercados em momentos de crises produzidas por bolhas de ativos pode ser feito sem gerar desconfianças quanto ao “lastro” da liquidez que vem em auxílio. Ora, é evidente que isso impede queimas mais acentuadas de capital, que de outra forma ocorreriam. Com isso, vai se perpetuando e elevando o poder da riqueza financeira, mas igualmente o tamanho do descompasso.²⁰ Para onde o sistema será levado nessa trajetória construída pelos movimentos

¹⁸ Harvey (2004, 2006) tem uma sofisticada tese sobre o papel desempenhado pelos expedientes típicos da acumulação primitiva, inclusive daqueles marcados pela violência, no capitalismo de hoje, que não temos aqui espaço para abordar com o necessário cuidado.

¹⁹ O aumento de poder dos credores do Estado graças ao crescimento dessa riqueza é um dos fatores mais importantes a explicar o sucesso da pregação neoliberal e a adequação a seus interesses da política gerida pelo Estado.

²⁰ Essa é uma das razões pelas quais autores como Chesnais preferem utilizar o termo fragilidade financeira ao invés de instabilidade financeira. Não é que o sistema, sendo estável equilibrado, esteja sujeito a eventuais instabilidades provocadas pelas finanças. Ao contrário, ele é estruturalmente frágil por causa do predomínio da riqueza e da lógica financeiras.

de autonomização das formas verdadeiramente sociais que apresentamos na seção anterior é uma incógnita sobre a qual não temos aqui espaço para especular.

Referências bibliográficas

Arrighi, Giovanni (1996). *O Longo Século XX. Dinheiro, Poder e as Origens de Nosso Tempo*. Rio de Janeiro. Contraponto

Borges Neto, João M. (2002). *Duplo Caráter do Trabalho, Valor e Economia Capitalista*. São Paulo, IPE/USP, tese de doutorado.

Belluzzo, Luiz G. M. (2005) Prefácio à edição brasileira de Chesnais, *Finança Mundializada*. São Paulo. Boitempo.

Chesnais, François (1998). *A Mundialização Financeira* (Introdução). São Paulo, Xamã.

————— (1998). “Mundialização Financeira e Vulnerabilidade Sistêmica”. In: ————— (org.) *A Mundialização Financeira*. São Paulo, Xamã.

————— (2005). “O Capital Portador de Juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos”. In: ————— (org.) *Finança Mundializada*. São Paulo. Boitempo. Duménil, G. e Lévy, D. (2003). “Superação da crise, ameaças de crise e novo capitalismo”. In: *Uma Nova Fase do Capitalismo*, São Paulo, Xamã.

Fausto, Ruy (1983). *Marx – Lógica e Política – Vol. I*. São Paulo, Brasiliense.

————— (1987). *Marx – Lógica e Política – Vol. II*. São Paulo, Brasiliense.

————— (1997). *Dialética Marxista, Dialética Hegeliana - A Produção Capitalista como Circulação Simples*. São Paulo, Brasiliense, Coleção Oficina de Filosofia

Foley, Duncan (2005). “Marx’s Theory of Money in Historical Perspective”. In: Moseley, Fred (org.)

Marx’s Theory of Money: Modern Appraisals. Hampshire, Palgrave Macmillan.

Germer, Claus (2005). “The Commodity Nature of Money in Marx’s Theory”. In: Moseley, Fred (org.) *Marx’s Theory of Money: Modern Appraisals*. Hampshire, Palgrave Macmillan.

Guttman, Robert (1998). “As mutações do capital financeiro”. In: Chesnais, F. (org.) *A Mundialização Financeira*. São Paulo, Xamã.

Harvey, David (1989). *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo, Edições Loyola

- (2004). *O Novo Imperialismo*. São Paulo, Edições Loyola, 1ª edição
- (2006). *Limits to Capital* – Introdução à edição de 2006. London, Verso
- (1982/2006). *Limits to Capital*. London, Verso.
- Lavoie, Don (1986). “Marx, the quantity theory and the theory of value”. *History of Political Economy*, 18 (1), 155-70.
- Marx, Karl (1857-58/1986). *Elementos Fundamentales para La Crítica de La Economía Política (Grundrisse)*. Cidade do México, Siglo XXI editores
- (1859/1978). Para a Crítica da Economia Política – Introdução. In: *Marx*. São Paulo, Abril Cultural, Coleção “Os Pensadores”
- (1859/1977). Contribuição à Crítica da Economia Política. São Paulo, Martins Fontes
- (1867/1983). *O Capital*, Livro I, tomos I e II . São Paulo, Abril Cultural, Coleção “Os Pensadores”.
- (1894/1984). *O Capital*, Livro III, tomos I e II. São Paulo, Abril Cultural, Coleção “Os Pensadores”.
- Moseley, Fred (2004). *The “Monetary Expression” of Labor in the Case of Non-Commodity Money*. Mount Holyoke College, disponível em www.mtholyoke.edu/fmoseley.
- (2005). “Introduction”. In: Moseley, Fred (org.) *Marx’s Theory of Money: Modern Appraisals*. Hampshire, Palgrave Macmillan.
- Müller, Leonardo A. P. (2007). *A Modernidade do Capital*. São Paulo, Departamento de Economia, FEA/USP, Monografia de conclusão de Curso
- Paulani, Leda M. (1992). *Do Conceito de Dinheiro e do Dinheiro como Conceito*. São Paulo, IPE/USP, tese de doutorado.
- (2008). “Seguridade Social, Regimes Previdenciários e Padrão de Acumulação: uma nota teórica e uma observação sobre o Brasil”. In: Fagnani, Eduardo *et alii* (org.). *Previdência Social: como incluir os excluídos?* São Paulo, CESIT, IE- Unicamp, LTR, Coleção Debates Contemporâneos, nº 4
- Rotta, Tomas N. (2008). *Dinheiro Inconvertível, Derivativos Financeiros e Capital Fictício: a moderna lógica das formas*. São Paulo, IPE/USP, Dissertação de Mestrado.
- Serfati, Claude (1998). “O Papel Ativo dos Grupos Predominantemente Industriais na Financeirização da Economia”. In: In: Chesnais, François (org.) *A Mundialização Financeira*. São Paulo, Xamã.

- (2006). “A Economia Política da Finança Global”. In: *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, nº18, junho.
- Reuten, Geert (2005). “ Money as Constituent of Value”. In: Moseley, Fred (org.) *Marx’s Theory of Money: Modern Appraisals*. Hampshire, Palgrave Macmillan.
- Wallerstein, Immanuel (2003). “Mundialização ou Era de Transição? Uma visão de longo prazo da trajetória do sistema mundo”. In: *Uma Nova Fase do Capitalismo*, São Paulo, Xamã